

O abismo entre a sociedade e a Constituinte

NEY LIMA FIGUEIREDO

ANC 93
Recentemente, tive a oportunidade de analisar duas pesquisas de opinião que, acredito, merecem uma reflexão mais aprofundada. A primeira, teve como universo os eleitores de todo o país, com uma amostra de cinco mil entrevistas. A segunda, mais restrita, colheu as impressões de 302 constituintes de diferentes partidos. Ambas foram realizadas entre fevereiro e maio deste ano, por institutos que inspiram total confiabilidade.

Comparando os resultados, observei que a discrepância entre as opiniões dos eleitores e as de seus representantes ultrapassa em muito o nível do razoável. Assim, enquanto 73% dos cidadãos entrevistados consideram os trabalhos da Constituinte regular ou péssimo, a mesma porcentagem de parlamentares acredita que a futura Constituição atenderá às necessidades da nação. Por outro lado, embora apenas 33% dos eleitores confiem no presidente Sarney, nada menos do que 81% dos deputados e senadores fazem uma avaliação positiva (60%) ou "neutra" (21%) do atual governo. Acrescente-se, ainda, o fato de que somente 11% dos cidadãos declararam ter muito interesse pela política, e podemos afirmar que o quadro é realmente preocupante.

É claro que o corpo de representantes não reflete, automaticamente,

te, o pensamento do eleitorado. Mas a questão é que existe uma acentuada dissociação entre o que a sociedade acha da Constituinte e do governo e a concepção que a Constituinte e o governo tem de si próprios. Ora, se o Congresso Nacional, que é exatamente o elo de ligação entre o governo e a sociedade, está em quase total dessintonia com os anseios e avaliações dos seus representados, fica evidente que alguma coisa está errada.

É essa "alguma coisa errada" tem um nome; partidos políticos. Por uma perspectiva comparada, o Brasil é um caso clássico e modelar de subdesenvolvimento partidário. Ao longo de nossa história, tivemos sete "formações" partidárias distintas, o que representa um grau de instabilidade crônica que dificulta a consolidação de agremiações representativas.

Nos últimos sessenta anos tivemos seis Constituições e apenas quatro presidentes da República, eleitos pelo voto direto. Desses, apenas dois concluíram seus mandatos e todos os vices daqueles que não chegaram ao fim da linha, terminaram depostos.

É necessário ter sinal mais evidente da crise institucional e política crônica que nos persegue?

Quando o ex-ministro Bresser Pereira foi indicado para a pasta da Fazenda, recebeu total apoio de seu partido, o PMDB. Poucos dias de-

pois, o senador Fernando Henrique Cardoso declarava atônito: nós não sabemos o que este homem pensa! Outro exemplo é o da própria Assembléia Nacional Constituinte. Um historiador que, no futuro, pretende analisar os programas dos atuais partidos em função das votações nas diversas matérias, será um sério candidato a um repouso compulsório. Isso porque, na grande maioria das vezes, o que assistimos são composições de conveniência — a par, é evidente, das diferentes posições de cada um, que os partidos são incapazes de articular. Cria-se, com isso, uma barafunda ideológica, terreno fértil para a proliferação de grupos suprapartidários.

Existe, também, uma componente comportamental. Trata-se de Brasília, a cidade fantasia. Aquilo é um outro mundo, que pouco ou nada tem a ver com a realidade do resto do país. A capital federal desenvolveu todo um arsenal de regras e valores peculiares, que estimula a decalagem representantes - representados.

O resultado mais visível dessa conjunção é a profunda — e perigosa — desconfiança que os cidadãos, de um modo geral, depositam nos políticos. Hoje, a atividade política passou — até certo ponto injustamente pela generalização — a ser sinônimo de conluio, de cambalacho, de altos salários e pouco trabalho. Quando alguém começa a falar

sobre assuntos governamentais ou parlamentares, os ouvintes torcem o nariz. Não podemos nos iludir: fora da arena política — entendida como o espaço público da palavra e da ação —, só existe a saída autoritária.

Mas isso ainda não é tudo. Inexistente, hoje, um amplo projeto nacional, capaz de catalisar as vontades e no qual todos se sintam engajados. Os brasileiros parecem desiludidos, sem forças para reagir. O Brasil, de potência emergente e país do futuro por excelência, tem a sua (pertinente, é bom que se diga) política econômica atual voltada para o equilíbrio das contas públicas e o pagamento de dívidas, quando estariam melhor discutindo qual o caminho ideal para ingressarmos o século 21.

Embora não seja exatamente um catastrofista — ou, como gostava de dizer o presidente Geisel, um discípulo de Cassandra —, confesso que as perspectivas para o futuro não são animadoras. Ou conseguimos transferir a dinâmica social para as instituições políticas, apesar delas não terem acompanhado o dinamismo das forças que atuam na nossa sociedade, ou o caminho para o autoritarismo será muito curto.